
Cientistas recomendam explorar mais as relações entre emissões regionais e globais para apoiar a formulação de políticas climáticas

(imagens disponíveis no final do texto)

Novo estudo destaca a existência de diferenças regionais significativas nas tendências globais de emissão de dióxido de carbono, demonstrando que as emissões dos últimos 30 anos de países não pertencentes à OCDE se aproximam dos cenários climáticos mais severos.

Os resultados deste estudo, agora publicado num artigo *Perspective* na revista científica *Communications Earth & Environment* da *Nature*, mostram que as emissões globais de dióxido de carbono nos últimos 30 anos seguem os intervalos intermédios dos cenários climáticos que informam os relatórios do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC). No entanto, a nível regional as emissões seguem trajetórias significativamente diferentes.

“A média global histórica oculta as tendências regionais subjacentes, tornando importante olhar para as tendências de emissão regionais, como aquelas das regiões da OCDE e não-OCDE”, refere Jiesper Pedersen, investigador do Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais – cE3c (Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa) e do Instituto de Ciências Sociais (Universidade de Lisboa).

“Sob o Protocolo de Kyoto, apenas os países mais ricos do mundo se comprometeram a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. Com isto, os países da OCDE compensaram indiretamente os países em desenvolvimento pelas perdas ou permitindo que continuassem os desenvolvimentos económicos movidos a combustíveis fósseis. Desde então, o crescimento das emissões foi dominado pelos países sem metas de limitação de emissões e pelos EUA e Canadá, que não ratificaram o Protocolo de Kyoto”, explica Jiesper Pedersen.

O investigador acrescenta: “Desde cerca de 2008 vemos uma tendência nos países da OCDE de estabilização das emissões, em parte causada pelo aumento dos investimentos em renováveis, pelo aumento da eficiência energética e pela política climática nos estados membros da União Europeia. Mas, também, por uma tendência de investimentos em energia relacionados a combustíveis fósseis e exportação da produção industrial para regiões fora da OCDE”.

Os autores sugerem que uma forma de contabilizar essas exportações de emissões é rastrear as emissões relacionadas com o consumo – incluindo bens importados produzidos em países com economias em desenvolvimento – o que seria diferente das emissões territoriais que contam apenas as emissões produzidas dentro das fronteiras de um país. “Considerando estas diferenças significativas, é relevante a forma como comunicamos as emissões em fóruns de política internacional – em particular, no

contexto das negociações climáticas relativas ao Acordo de Paris”, acrescenta Jiesper Pedersen.

O estudo analisa a evolução das emissões históricas e compara-as com as projeções de emissões futuras plausíveis quantificadas por investigadores no contexto do IPCC, desde 1989. Por se terem passado 30 anos desde que o IPCC desenvolveu os primeiros cenários, existem agora dados suficientes para validar os cenários de emissão ao longo prazo. As primeiras três gerações de cenários foram desenvolvidas sob o IPCC e a quarta fora do IPCC.

Dado que as alterações climáticas se prolongam para um futuro distante, os cenários de emissão de dióxido de carbono são fundamentais para avaliar as consequências de longo prazo das decisões atuais e explorar trajetórias de emissão plausíveis. Visto que as futuras emissões de dióxido de carbono podem continuar a divergir à escala regional, os investigadores frisam a importância de considerar uma ampla gama de cenários de emissão que exploram a relação entre as emissões a nível global e regional e referem que os cenários de emissão mais severos não devem ainda ser descartados.

“É crucial investigar mais a fundo as interligações económicas entre os países de economias desenvolvidas e economias em desenvolvimento, as emissões devidas ao consumo e os investimentos em combustíveis fósseis dos países da União Europeia em países com economias em desenvolvimento, para apoiar políticas eficientes de mitigação das alterações climáticas”, conclui Jiesper Pedersen.

Este estudo envolve investigadores da Universidade de Lisboa (Portugal), da Agência de Avaliação Ambiental da Holanda, da Universidade de Amsterdão e da Universidade de Wageningen (Holanda).

Referência do artigo:

Pedersen, J.S.T., van Vuuren, D.P., Aparício, B.A., Rob Swart, R., Gupta, J. & Santos, F. D.. Variability in historical emissions trends suggests a need for a wide range of global scenarios and regional analyses. *Commun Earth Environ* 1, 41 (2020).
<https://doi.org/10.1038/s43247-020-00045-y>

Contactos:

Marta Daniela Santos

96 429 42 36

mddsantos@fc.ul.pt

Gabinete de Comunicação do Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais – cE3c (Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa)



Fotografia disponível em [Pexels](#).

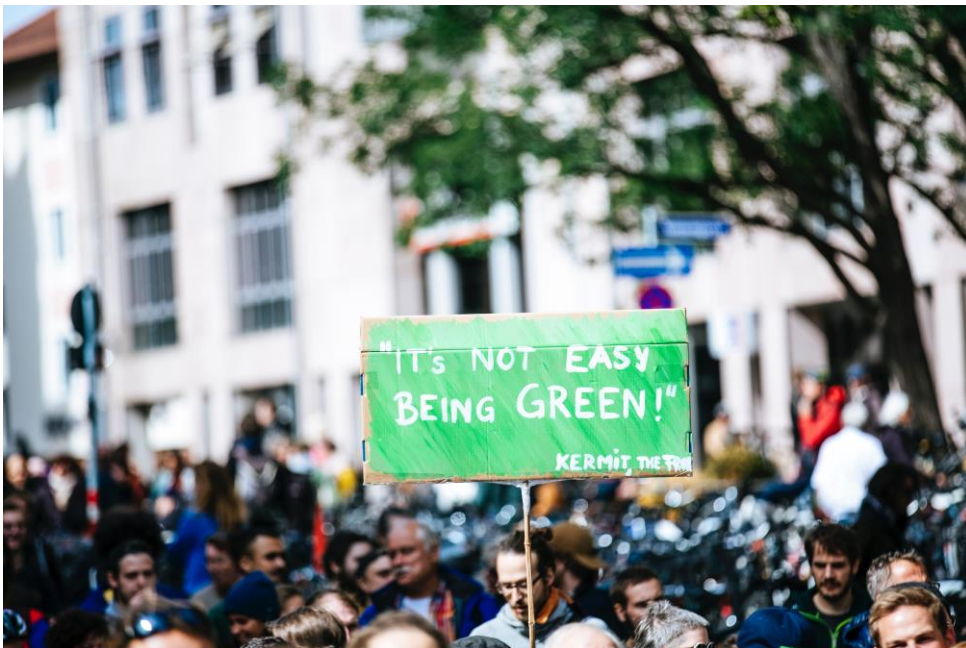


Foto por [Markus Spiske](#) em [Pexels](#)